



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO

(Do Sr. Rogério Correia)

Apresentação: 24/11/2025 15:15:57.070 - CFT

REQ n.107/2025

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer a situação envolvendo a liquidação extrajudicial do Banco Master, bem como avaliar os potenciais impactos fiscais, regulatórios e sistêmicos decorrentes das operações da instituição nos mercados de crédito, securitização, consignado e distribuição de ativos financeiros.

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, especialmente nos termos do art. 255, requer-se a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação com o objetivo de esclarecer a situação envolvendo a liquidação extrajudicial do Banco Master S.A., bem como avaliar os potenciais impactos fiscais, prudenciais, regulatórios e sistêmicos decorrentes das operações da instituição nos mercados de crédito, securitização, consignado e distribuição de ativos financeiros. Nesse sentido, convido:

1. Ministério da Fazenda
2. Ministério da Justiça
3. Ministério Público Federal
4. Banco Central do Brasil
5. Federação Brasileira de Bancos
6. Banco de Brasília
7. Comissão de Valores Mobiliários
8. Fundo Garantidor de Créditos

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado ROGÉRIO CORREIA
PT/MG



* C D 2 5 1 9 0 3 6 9 1 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A recente liquidação extrajudicial do Banco Master pelo Banco Central do Brasil decorre de graves inconsistências prudenciais, insuficiência de capital, falhas de governança e operações estruturadas de risco envolvendo consignado, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e mecanismos de securitização. Informações preliminares sugerem que parte dessas estruturas pode guardar semelhança com os mecanismos desvendados pela Operação Carbono Oculto, que identificou redes de ocultação de ativos, manipulação contábil e circulação irregular de recursos por meio de fundos e veículos paralelos.

A CFT, conforme Regimento Interno da Câmara dos Deputados, possui competência para fiscalizar matérias financeiras, supervisionar temas relativos ao Sistema Financeiro Nacional, analisar riscos fiscais e regulatórios e propor medidas de aperfeiçoamento legislativo e normativo capazes de reforçar a estabilidade financeira, a proteção do consumidor e o interesse público.

A audiência pública permitirá diagnosticar vulnerabilidades, identificar eventuais responsabilidades, compreender os impactos sobre o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), avaliar riscos para bancos públicos como o BRB e subsidiar ações futuras da Comissão, incluindo proposições legislativas, recomendações aos órgãos de controle e medidas de fiscalização.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado ROGÉRIO CORREIA
PT/MG

